

Posição de Ulysses define forma de votação do mandato

CLÓVIS ROSSI

Enviado especial a Brasília

Nunca como ontem o deputado Ulysses Guimarães, presidente do Congresso constituinte, teve tanto poder sobre a decisão do mandato do presidente José Sarney. Porque as Disposições Transitórias, o capítulo em que se define a duração do mandato, é um capítulo muito especial, composto por artigos os mais disparatados, o arbítrio do presidente do Congresso constituinte pesou mais do que regulamentos escritos, omissos ou sujeitos a diferentes interpretações nesse caso específico.

Por isso mesmo, mal Ulysses desceu do Landau negro da Presidência da Câmara no prédio do Congresso, foi procurado pelo estado-maior do Centrão, o agrupamento suprapartidário conservador e afinado com o Planalto, sob o comando do deputado Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara.

Objetivo do encontro, iniciado às 14h30 no gabinete de Ulysses: forçar a votação do mandato ontem mesmo, nem que fosse à noite ou de madrugada. Para isso, era preciso

que Ulysses apoiasse duas das pretensões do grupo: que fosse votado, inicialmente, o substitutivo do Centrão que cobre todo o capítulo, em vez de fazer a votação artigo por artigo, como pretendiam a esquerda e o líder do PMDB, senador Mário Covas, e passar à frente a emenda Mathews Iensen (PMDB-PR), que fixa em cinco anos o mandato de Sarney.

Ulysses concordou com a primeira proposta e deu a entender que concordava também com a segunda. Mas, em seguida, trancou-se na sua sala com o relator do Congresso constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), e com os seus escudeiros jurídicos, o jurista Miguel Reale Junior, o deputado Nelson Jobim (PMDB-RS) e o secretário-geral da Câmara, Paulo Afonso Martins, o maior especialista em regimento do Congresso.

Nessa reunião, verificou-se que a emenda Iensen ficaria numa posição intermediária: nem seria votada no fim das Disposições Transitórias (como pretendia a esquerda, alegando que se trata de emenda

aditiva, que fica para o final de cada capítulo) e nem seria votada logo após a esperada aprovação do substitutivo global do Centrão para as Disposições Transitórias. A emenda dos cinco anos só iria a voto quando chegasse a hora de se definir o artigo 4 das Transitórias, o que trata do mandato de Sarney.

Antes, seriam votadas todas as emendas relativas aos artigos anteriores. A decisão de Ulysses era salomônica: atendia em parte o Centrão e em parte a esquerda, porque, de qualquer forma, retardava algo a definição do mandato.

Foi com essa disposição que Ulysses deu início, às 15h45, à sessão do Congresso constituinte que, antes de mais nada, teria que votar o texto relativo aos índios, o último das disposições permanentes. Votada a questão dos índios, Ulysses suspendeu a sessão por duas horas, para que se ordenassem as preferências para a votação das Disposições Transitórias.

A esquerda e os quatroanistas de centro-esquerda trancaram-se imediatamente no gabinete do líder do PMDB, senador Mário Covas, para

discutir a estratégia a seguir daí para a frente. Enquanto isso, Ulysses voltava a se reunir com seus conselheiros e assessores jurídicos: presentes, desta vez, além dos que haviam participado do encontro anterior, também o senador Nelson Carneiro (PMDB-RJ) e o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE).

Foi nesse encontro que se chegou à conclusão de que havia preliminares demais a serem decididas antes da votação do mandato propriamente dito, o que tenderia a jogar a votação dessa questão para o dia seguinte. Rapidamente, essa informação foi levada ao gabinete de Covas, onde a esquerda estava reunida, discutindo a "tática da resistência", como dizia o deputado José Genoino (PT-SP).

A informação não convenceu todos os presentes, tanto que o deputado Roberto Freire (PE), líder do PCB, fulminava: "Se eles têm a maioria e também a Mesa, nada há a fazer." A frase do líder comunista só reafirmava o imenso poder de que Ulysses usufruiu ontem, embora ele próprio não vote nem pelos cinco nem pelos quatro anos.

Câmera indiscreta

Covas renuncia à liderança se os cinco anos passarem

Do enviado especial a Brasília

O senador Mário Covas (SP), líder do PMDB no Congresso constituinte, consolidou ontem a sua estratégia para a votação do mandato do presidente José Sarney e a sua atitude posterior à definição: vai lutar até o fim contra a aprovação dos cinco anos e contra qualquer facilidade não-regimental para que a votação seja apressada e, perdendo as duas batalhas, anunciará da tribuna que renuncia à liderança.

O anúncio não significa a saída imediata, porque o senador não pretende que a sua renúncia fique confinada a um pé de página nos jornais, que estarão, obviamente, tomados pelas informações em torno da aprovação dos cinco anos.

A estratégia de Covas e de seus seguidores de centro-esquerda começou a ser montada pela manhã, em reunião em seu gabinete de líder peemedebista. A primeira decisão tomada foi a de não votar a favor do substitutivo do Centrão que cobre todo o capítulo das Disposições Transitórias.

Essa posição coincidia, literalmente, com a que o PT firmara também. O objetivo não era, precisamente, o de derrotar o texto do Centrão, mas desgastar o grupo suprapartidário, segundo o deputado petista José Genoino.

Paralelamente, Covas e seus liderados começavam a analisar, com representantes do Centrão como José Lins (PFL-CE) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG), quais seriam os itens das Disposições Transitórias que poderiam ser consensuais. Mas

não chegou sequer a haver uma negociação, até porque os líderes governistas que fazem parte do Centrão não estavam presentes.

A tarde, Covas fez nova reunião, da qual participou, entre outros, o virtual candidato do PT à Presidência da República, Luis Inacio Lula da Silva (SP). A idéia de Lula era montar uma resistência política, porque "não podemos perder assim, com o rabo entre as pernas". Conclusão da reunião, exposta depois pelo próprio Lula: "Não há muito o que fazer."

De fato, não havia. Covas recusou-se a retirar seus liderados do plenário, para tentar não dar quórum, o que configuraria uma obstrução aberta.

No fundo, havia uma clara intenção de colocar Ulysses Guimarães em xeque: Covas, como todos os demais constituintes, sabe que, das decisões de Ulysses, da sua maneira de interpretar o regimento, depende a aceleração ou não da votação do mandato de Sarney. E prepara-se para colocar o presidente do Congresso constituinte na difícil posição de aliado do Planalto. Um jogo que tem a ver com a cisão no PMDB.

Nenhuma dessas manobras, entretanto, interferiria no essencial, ou seja, a duração do mandato de Sarney, que todos já dão como definido. Tão definido que, ao final das reuniões no gabinete de Covas, José Genoino voltou ao plenário e dirigiu-se diretamente ao líder do governo, Carlos Sant'Anna: "Vocês vão dar os cinco anos para o Sarney, mas vão ter que suar muito para isso", disparou. (Clóvis Rossi)

Esquerda prevê derrota e decide dificultar a votação

Da Sucursal de Brasília

A esquerda não acreditava numa vitória do mandato de quatro anos para o presidente José Sarney, mas decidiu, numa reunião ontem, que iria dificultar a vitória dos cincoanistas. "Não tem mais jeito, mas vamos atropelar", disse o deputado Roberto Freire (PE), líder do PCB no Congresso constituinte. "Atropelar" significaria obstruir ao máximo a sessão com discursos ou apartes desnecessários, que possibilitassem o adiamento da votação para hoje e, novamente através da obstrução, jogar a decisão para a próxima semana.

Esta estratégia foi traçada no início da tarde pelos líderes do PT, PCB, PSB, PDT e PC do B e comunicada, logo em seguida, ao líder do PMDB, senador Mário Covas (SP). Mesmo certos da derrota, os partidos de esquerda acreditavam que o adiamento fortaleceria a liderança do PMDB para uma negociação. "Temos que garantir, por exemplo, a votação do projeto da legislação eleitoral no Senado que

está sendo obstruído pelo governo", disse Freire.

A esquerda pretendia também forçar, a partir da obstrução, a aceitação de uma emenda ao "Ato das Disposições Transitórias e Gerais", que preveja a realização de um referendo popular à nova Constituição antes de sua promulgação. "Isto é essencial para nós", afirmou o deputado Paulo Delgado (PT-MG), que duvidava de um número maior que 250 votos para os quatro anos. Alguns constituintes chegavam a dizer que a vitória dos cincoanistas seria um bom trunfo nas eleições municipais de novembro deste ano. Segundo esta análise, os partidários dos cinco anos ficariam "fragilizados" perante a opinião pública.

"Rasga coração"

A deputada Moema São Thiago (PDT-CE) ainda acreditava numa vitória quatroanista, confiante na capacidade do senador Mário Covas de fazer um discurso "rasga coração". "Ele já conseguiu virar muitas votações", disse Moema.